

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

tipo de proposição número da proposição  
**PROJETO DE LEI Nº 2.431-D, DE 2011** ano da proposição  
**(DO SR. FELIPE BORNIER)**

Discussão, em turno único... autor da proposição

Os demais projetos eu vou retirar de pauta.

**PROJETOS A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE:**

*Projeto de Resolução nº 190-B, de 2001; Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 333-B, de 1999; Projetos de Lei nºs 4.742-A, de 2001; 5.273-C e 5.850, de 2016; 7.419-A, de 2006; 3.012-B e 3.837, de 2015; 5.248, de 2016; e 1.530-C, de 2015; Projetos de Lei Complementar nºs 337-A, de 2017; e 100-B, de 2011; Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B, de 2016; Projetos de Lei nºs 7.291-A, de 2006; e 1.572-B, de 2007; Projeto de Lei Complementar nº 76-B, de 2007; Propostas de Emenda à Constituição nºs 471-B, de 2005; 199-C, de 2016; 504-A, de 2010; 70-C, de 2011; e 200-B, de 2016; Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.796-C, de 2004; Projetos de Lei nºs 3.063-A, de 2008; e 487-C, de 2012.*

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Eu sou Relatora deste Projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Todos os que serão votados são os que estão na sessão. Os outros todos estão retirados de pauta, Deputado Glauber Braga.

Deputado Gonzaga, eu lhe disse que daria a palavra por 1 minuto, e V.Exa. tem que compreender, porque aqui há tempo. Senão, não vamos conseguir votar o que temos que votar. Depois, darei a palavra a V.Exa. Espere um pouco.

**O SR. JOÃO DERLY** - Sr. Presidente, V.Exa. pode repetir o número do projeto?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - É o Projeto de Lei nº 2.431, de 2011.

**PROJETO DE LEI Nº 2.431-D, DE 2011**

**(DO SR. FELIPE BORNIER)**

*Discussão, em turno único, da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, que autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol. Pendente de parecer das Comissões: de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

Sobre a mesa o seguinte requerimento do Sr. Alessandro Molon:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do art. 117, XII c/c art. 186, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação da proposição requerimento de retirada de pauta do PL 2.431/11 seja pelo processo nominal.*

*Sala das Sessões, 20 de junho de 2017.*

*Alessandro Molon, Rede/RJ*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

O Deputado Alessandro Molon está ausente.

Orientação de bancada.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, peço a palavra pelo Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, fico sensibilizado de ver V.Exa. nessa Presidência. Eu acho que nós deveríamos mimosear V.Exa. aprovando alguma coisa, para trabalhar sobre a sua Presidência, carinhosa, dessa pessoa simpática que é V.Exa.

O PP entende que obstruir esta pauta é obstruir os projetos que são de autores colegas nossos. Nós estamos prejudicando os nossos próprios colegas.

Esse projeto é de autoria do Deputado Felipe Bornier, do Rio de Janeiro.

Nós queríamos, Presidente, pedir mais uma vez à Oposição que suspenda a obstrução e vote, que possamos votar esse projeto, que está na casa há muito tempo.

O PP vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PMDB?

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, esta matéria é muito importante. Na verdade, é importante para milhares e milhares de obesos no Brasil.

Essas substâncias eram vendidas, a ANVISA proibiu a venda, e vários são os doentes que hoje não têm acesso a esses medicamentos, portanto sofrem cada vez mais.

O projeto do Deputado Bornier é da maior importância. Meu parecer nas Comissões foi favorável, e o PMDB tenta votar essa matéria. Ela está na pauta há quase 2 anos, 1 ano e meio. Já foi votada na Câmara, já foi votada no Senado. É o retorno da matéria. Não há sentido nenhum na retirada de pauta, visto que é matéria já conhecida por todos os Srs. Deputados.

Portanto, o PMDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR, Sr. Presidente, votará “não”, tendo em vista que viemos aqui para trabalhar, e não para obstruir.

Estamos aqui para votar, e o povo precisa ver que estamos trabalhando condignamente. Embora percalços outros, como a ladroagem que está acontecendo aí, continuem existindo, estamos aqui para trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSD?

**O SR. RÔMULO GOUVEIA** (PSD-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

Trata-se de uma matéria extremamente importante, uma matéria de saúde. O Deputado Felipe Bornier foi muito feliz na apresentação desse projeto, que é importante inclusive para a pauta de hoje.

Quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. É muito bom vê-lo no exercício da Presidência da Casa, pela identificação que V.Exa. tem com todos os Parlamentares. Cumprimento e parabenizo não só V.Exa., como também o Deputado Rodrigo Maia, que está no exercício da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSB?

**O SR. PAULO FOLETTTO** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB também orienta “não”, mas eu quero reafirmar para V.Exa. algo que eu já disse, chamando a atenção do nobre Deputado Júlio Cesar para isto.

Quando na relatoria do projeto de lei que inclui alguns novos Municípios na área da SUDENE, ele fez um primeiro substitutivo em que ele incluía o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Como não houve acordo junto ao Governo, ele fez um segundo substitutivo, cujo art. 2º diz:

*Art. 2º A área de atuação da SUDENE abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e os Municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as leis (...).*

Ele inclui mais 40 Municípios de Minas Gerais e tira o Espírito Santo. Ele me disse ali no Cafezinho que isso foi um erro de redação, só que o texto veio ao plenário para votação sem o Espírito Santo! V.Exa. tem que retirá-lo de pauta.

Eu quero chamar publicamente a atenção do Deputado Júlio Cesar, porque esse substitutivo contém erro. Eu já chamei a atenção dele para isso, e ele não corrigiu.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Já retiramos essa matéria de pauta, Deputado.

**O SR. PAULO FOLETTTO** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o DEM?

Como vota o Bloco do PTdoB e PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC?

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que esse projeto é de grande relevância. Na realidade, quando o projeto foi aprovado inicialmente, ele continha a expressão “*sob prescrição médica*”. E esse é um remédio para anorexia.

Porém, o Senado, na alteração que fez, acabou colocando “*sob prescrição médica do modelo B2*”, para que haja um controle maior do médico, da ANVISA e, logicamente, para que as pessoas não possam usar esse medicamento indiscriminadamente.

Então, na realidade, o que nós vamos tentar votar é um requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

Portanto, o PSC, com muita clareza, na expectativa de que haja um avanço nesta Casa e de que possamos votar outros projetos, vota “*não*”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PPS? *(Pausa.)*

**O SR. ASSIS MELO** - Sr. Presidente, peço a palavra para a orientação do PCdoB.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PCdoB?

**O SR. ASSIS MELO** (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vai votar “*não*” à retirada de pauta.

**O SR. EROS BIONDINI** (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para a orientação do PROS.

Este é um projeto de autoria do Deputado Felipe Bornier, nosso colega de bancada, que já foi ao Senado e voltou. É um projeto importante.

Gostaria de parabenizar, V.Exa., Presidente Fabinho Ramalho, que hoje assume a Presidência, essa função tão importante, à qual V.Exa. fez jus.

Eu gostaria também de aproveitar, Sr. Presidente, para convidar a todos, como Relator da Comissão Externa que trata do uso e abuso de drogas por jovens do Brasil, para uma audiência pública com o nosso Ministro Osmar Terra, hoje, às 14h30min, no Plenário 16.

Essa audiência pública será muito importante para tratar do problema das drogas entre os jovens no Brasil. O Ministro Osmar Terra estará presente. Ele é autor do projeto que trata da política sobre drogas que está em tramitação no Senado.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Terapêuticas, Acolhedoras e APACs e Relator da Comissão Externa, eu gostaria de convidar os colegas para prestigiar essa importante audiência pública. Esse é um assunto que diz respeito a 100% das famílias brasileiras que se preocupam com os seus filhos.

Outra coisa que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que eu farei a relatoria do projeto da SUDENE, que, apesar de ter sido retirado de pauta, é um projeto importantíssimo para nós mineiros e para outros Estados, como Rio de Janeiro e Espírito Santo. Portanto, peço que V.Exa. o retorne à pauta o mais rápido possível.

Obrigado pela tolerância e parabéns por conduzir os trabalhos tão bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB?

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** (PSDB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

**O SR. ROGÉRIO MARINHO** - Peço que registrem no painel o voto “não” do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Registrem o voto “não” do PSDB.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Fabinho Ramalho, nós não podemos desinformar a opinião pública ou aqueles que acompanham esta sessão. Obstrução política, como estamos fazendo — daí o nosso voto “sim” ao requerimento da REDE — é trabalho. Aliás, estamos aqui. Não contribuímos para esse baixo quórum que a Casa registra.

Obstrução, neste caso, não significa avaliar o mérito do projeto, mas dizer que o País vive uma profunda crise. A grande obesidade, até para tismar de alguma maneira a matéria em pauta, é a da mentira, a da corrupção e, aqui na Casa, a da falta do cotidiano democrático. Tem que haver reunião do Colégio de Líderes toda semana, em local apropriado, para debater essa pauta.

Portanto, o nosso voto é “sim”. E a maioria que garanta o quórum. Não é possível que dez Parlamentares da REDE e do PSOL consigam obstruir uma sessão, a não ser que a maioria não queira, de fato, estar presente aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PV?

**A SRA. LEANDRE** (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PV é contrário à retirada de pauta dessa matéria de grande relevância neste momento.

Também quero chamar a atenção para a relevância que tem hoje o envelhecimento populacional do nosso Brasil. Precisamos de medidas urgentes para garantir qualidade de vida das pessoas.

No último dia 15, comemorou-se o Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. Gostaria de pedir, Sr. Presidente, que pudéssemos pautar e votar o projeto de resolução de minha autoria referente ao Prêmio Zilda Arns, que será concedido por esta Casa às pessoas e personalidades jurídicas que fazem um trabalho em defesa das pessoas idosas.

O PV, nesta matéria, orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota a REDE?

**O SR. JOÃO DERLY** (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A REDE vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota o Governo?

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Embora a matéria não seja do Governo, Sr. Presidente, o Governo vota como a base: "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia do(a) PL 2.431/2011.*

*Sala de Sessões, 20 de junho de 2017.*

*Glauber Braga, Líder do PSOL*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - V.Exa. vai encaminhar, Deputado Chico Alencar? *(Pausa.)*

**O SR. EROS BIONDINI** (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto ele vai para a tribuna, quero dizer que parece que há um acordo de que nós votaríamos hoje a urgência do projeto da SUDENE, deixando o mérito para a semana que vem. Então, eu gostaria de saber...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB acorda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - É preciso acordar isso com o PSOL.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Nós podíamos continuar nesta matéria, até porque já...

**O SR. LEONARDO MONTEIRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deixe-me encaminhar a matéria para dirimir as dúvidas e nós não perdermos tempo, já que há alguns aflitos para votar qualquer coisa.

O PSOL discutiu as matérias e tem sensibilidade por elas, mas nós estamos fazendo uma obstrução. Sinceramente, uma maioria só nominal, que não se concretiza para superar a obstrução de um partido com seis Parlamentares, é uma maioria fictícia.

Vejam que a própria REDE — e eu fiquei surpreso —, que fez o requerimento anterior de votação nominal do requerimento de retirada de pauta, encaminhou contra o seu próprio requerimento. Ou seja, não são dez que estão em obstrução política, são seis — e eles têm suas razões!

O Brasil não vive uma situação normal. Num país em que um megaempresário, que enriqueceu graças a favorecimentos, sim, do BNDES — sabe-se lá como —, diz que o partido do Presidente da República é a maior e mais perigosa quadrilha política que existe, ao que o Presidente da República reage dizendo que o megaempresário é o bandido mais bem-sucedido do Brasil, nós achamos que não está acontecendo nada, que isso não diz respeito ao Parlamento? E o pior é que parece que ambos têm razão!

Então, nós temos aqui 14, 15, 18 pedidos de *impeachment* do Presidente Temer, e o Deputado Rodrigo Maia, nosso Presidente, age como o Cunha — suponho que ele não esteja fazendo nenhuma chantagem, como o atual presidiário fazia, mas ele não consegue fazer um parecer, uma avaliação sobre isso? Por isso, estamos em obstrução. Esse é um aspecto.

Outro aspecto é que, até 2 horas atrás, o Governo, com sua bancada, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, obstruía de todas as maneiras a pauta, para que não se votasse a PEC — liderada pelo Deputado Miro Teixeira e relatada muito bem e favoravelmente à matéria pelo Deputado Esperidião Amin — que determina que, sempre que houver vacância de cargo do Executivo até 6 meses antes do encerramento do mandato, sejam realizadas eleições gerais, como vai acontecer agora no Amazonas.

No Amazonas, haverá eleições em agosto. Ontem se encerraram as inscrições para as candidaturas — haverá oito. E o povo amazonense vai decidir. Espera-se que não haja demagogia e abuso do poder econômico, todas essas mazelas que há nas campanhas eleitorais do Brasil.

Então, a situação é grave. E nós queremos alertar a população sobre isso. Esse é o sentido da nossa obstrução. O País vai mal. Sem Temer, começa a melhorar.

O voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Orientação de bancada.

Posso deixar a mesma orientação do início?

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - A orientação é a mesma.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Vou considerar a orientação anterior para todo mundo neste requerimento de retirada de pauta. Vamos deixar tudo como estava. V.Exas. concordam? O PSOL concorda?

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Sim, Presidente.

**O SR. WALNEY ROCHA** - Sr. Presidente, quero orientar o PEN.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. WALNEY ROCHA** (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero orientar e aproveitar para, ao mesmo tempo, parabenizar o PEN, o Partido Ecológico Nacional, que ontem completou 5 anos de existência. Comemoramos a data aqui na Casa e recebemos companheiros de todos os Estados e Municípios do Brasil: Presidentes de diretórios, Vice-Presidentes, Vereadores.

E hoje está presente aqui ainda o Sandro Fantinel, de Caxias do Sul, o Brian de Oliveira, Vice-Presidente estadual do PEN de Canoas, e o Luís Afonso, Presidente estadual do PEN no Rio Grande do Sul.

O voto do PEN é “não”, para que continuemos discutindo a matéria.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero orientar pelo PSOL. Primeiro, queremos dizer que o PSOL vota “sim”, pela retirada.

Segundo, quero dizer que nós não estamos vivendo nenhuma normalidade. Aqui é anormalidade. O Presidente Temer já não está na Rússia, ele está na Sibéria. Ele foi longe.

Eles já perderam na CCJ, hoje de manhã, porque não havia ninguém para obstruir. Agora, tiveram uma grande derrota lá no Senado, tendo havido a vitória dos trabalhadores, com dez votos a nove. Foi rejeitada a reforma trabalhista. Vai tramitar, no Senado Federal, a proposta do Senador Paulo Paim, que é exatamente a negação do relatório da Câmara e do Ferraço. Eles queriam passar de qualquer jeito essa perversidade. Isso sinaliza que a reforma da Previdência também será derrotada nesta Casa.

Fora, Temer!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PHS?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS orienta o voto “não”.

Nós somos contra a retirada de pauta desse projeto, visto que o apelo da sociedade, de centenas de pessoas em todo o País que já vêm semanalmente pedindo a aprovação do mesmo, é muito grande.

Por isso, a retirada de pauta desse projeto seria uma grande perda hoje aqui no Congresso.

Assim, o PHS orienta o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** - Sr. Presidente, peço a palavra só para declarar o meu voto a favor da retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra V.Exa.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente.

Eu compreendo que há uma pressão enorme sobre esta Casa para que seja votado esse projeto. No entanto, no meu entender, não é papel da nossa Casa liberar uso de remédio. Esse papel deve caber exclusivamente aos órgãos técnicos, e a ANVISA é o órgão técnico responsável.

Por isso, meu voto é a favor da retirada de pauta. Na votação principal, eu vou votar contra o projeto.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (Bloco/PODE-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela ascensão à Presidência deste Poder, dirigindo-o com altivez e ouvindo a todos.

Quero também parabenizar o Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que hoje está como Presidente da República.

Parabéns aos dois!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Obrigado, Governador Gaguim.

Para oferecer parecer à emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, pela Comissão de Seguridade Social e Família, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como Relatora da Comissão de Seguridade e da Comissão de Constituição e Justiça, eu vou ler um trecho do voto para que os Deputados saibam do que se trata:

“O projeto trata de matéria da competência legislativa da União (...). A iniciativa do parlamentar é legítima, bem como a revisão e o emendamento pela Casa Revisora, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. Os requisitos constitucionais formais das proposições foram obedecidos”.

Trata a matéria, Sr. Presidente, de autorizar a utilização e produção de anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

A diferença entre o projeto da Câmara e o do Senado é apenas que o Senado obriga a tarja preta na embalagem do remédio. Então, a emenda do Senado é importante.

Nós somos favoráveis no mérito e somos pela constitucionalidade, boa técnica legislativa e juridicidade da emenda/substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 2.431, de 2011.

Sr. Presidente, queria citar a importância deste projeto, que conta inclusive com a opinião do Conselho Nacional de Saúde, dos nutrologistas brasileiros, da federação de nutrologistas. Esta matéria tem o consenso da grande esmagadora maioria dos Deputados, para salvar os obesos neste País. Então, vamos aprovar a emenda do Senado Federal.

O parecer é favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Há sobre a mesa o seguinte requerimento de adiamento de discussão:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos dos Artigos 117, inciso X, e 177 do Regimento Interno, o adiamento da discussão do PL 2431/2011, por 2 sessões.*

*Sala das Sessões*

*Zé Geraldo, Vice-Líder do PT*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Pergunto ao PT se mantém ou retira o requerimento.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - É para orientar, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Não.

**O SR. BOHN GASS** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A orientação da bancada do PT é pela retirada.

Eu só queria aproveitar a oportunidade para fazer um registro. Eu estou vindo do Senado e sei que vários colegas já divulgaram a notícia aqui. O País acompanha os debates deste Congresso. E houve uma votação importantíssima no Senado, na Comissão de Assuntos Sociais, que derrotou o projeto da reforma trabalhista. Foram 10 senadores que disseram “não” ao desmonte, contra 9 Senadores que querem fazer a reforma. Esta vitória é extraordinariamente importante.

Na verdade, o Governo já está indo para o fim e agora se enterrou de vez. Nós temos que lutar para que na CCJ a matéria não passe, nem possam lê-la amanhã — esse é o esforço que será feito. Talvez nós possamos de novo, com as nossas consignas “Fora, Temer!”, “Nenhum direito a menos” e “Diretas já”, dar esperança ao povo brasileiro, porque o golpismo não haverá esperança.

Então, nós estamos retirando este requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em discussão a matéria.

Para falar a favor, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Fizemos toda uma discussão nesta Casa acerca do caráter nocivo desse projeto, que autoriza que a sibutramina possa ser comercializada aqui no Brasil.

É uma substância que tem uma série de efeitos maléficos para a saúde das pessoas. Além disso, ela é proibida em vários outros locais do mundo. Entretanto, esta Casa aprovou a sibutramina, a matéria foi para o Senado, e não nos cabe agora discutir o mérito, o caráter nefasto dessa aprovação, inclusive contestando uma primeira orientação da ANVISA.

Trata-se neste momento de discutirmos a emenda que foi aportada ao projeto no Senado Federal. Essa emenda restringe a aplicação da sibutramina, ela exige que seja prescrita uma receita que é mais restritiva. Portanto, nós não temos divergências acerca da emenda do Senado, porque ela torna mais restritiva a prescrição da sibutramina, embora nós tenhamos a verdadeira compreensão de que o processo de emagrecimento não pode se utilizar de substâncias que tenham tantos efeitos colaterais, como a sibutramina.

É preciso que nós também cuidemos do coração do povo brasileiro, ou do coração da democracia brasileira, que está ferido com a assunção à Presidência da República de Michel Temer, um Presidente que foi denunciado ou apontado pela Polícia Federal por suspeitas absolutamente graves de corrupção. O Brasil inteiro sabe que Temer é corrupto. O Brasil inteiro sabe que Temer está rasgando a soberania nacional.

Hoje, tive a oportunidade de estar em um ato de defesa da INFRAERO, porque Temer quer privatizá-la. Mas essas são questões que dizem respeito à segurança e soberania nacionais.

Portanto, nós estamos aqui para defender a democracia e dizer que este Governo perde o seu principal ativo, a maioria que o carregaria nesta Casa ou no Congresso Nacional. Perdeu nesta Casa e no Senado Federal a reforma trabalhista, que retira tantos direitos. Isso é para que os Parlamentares aqui possam refletir sobre em que barco estão aportando o seu capital político. Para se aprovar a reforma

trabalhista, precisa-se de maioria simples, e ela foi derrotada no Senado Federal. Trata-se de uma derrota política de um Governo que tem 3% de aprovação da população.

Por isso, em nome do coração brasileiro e em nome do coração da democracia, nós votamos favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

Peço aos Deputados para que permaneçam no plenário e que chamem os que estão nos gabinetes, porque vamos chamar nova sessão daqui a 40 minutos.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputadas, Deputados, Presidente, principalmente aqueles que neste momento acompanham esta sessão pela *TV Câmara*, a obstrução do PSOL não tem uma relação direta com o mérito das matérias que estão sendo votadas ou com as urgências que havia sido propostas. É uma obstrução relacionada à política geral do Brasil.

Assomei a esta tribuna na semana passada para dizer que me espantava o fato de que ninguém mais subia à tribuna para defender o Governo Temer: nem a bancada do PMDB, nem a bancada do PSDB, que fazem parte da coalizão do Governo. Lembro que até fiz uma ressalva em relação ao Deputado Marun, que continua fazendo a defesa do Governo até o último minuto.

Só o que se ouve no Brasil é “Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer!” Mas hoje me impressionou ter ouvido aqui no plenário alguém dizer “Fica, Temer! Depois fui entender era: “Fica, Temer, na Sibéria!” É para ele permanecer na Sibéria.

O Brasil como um todo espera e quer a saída de Temer da Presidência da República, mas espera e quer também a realização de novas eleições.

O Deputado Chico Alencar estava dando as notícias da vitória hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Mais um passo foi dado, Deputado.

Houve pedido de vista. O Governo tentou obstruir, num primeiro momento, mas se conseguiu o quórum, e pelo menos o pedido de vista foi dado.

Então, um passo foi dado na CCJ para que nós consigamos garantir o avanço da PEC de eleições diretas. Queremos eleições diretas para barrar o desmonte da previdência pública, eleições diretas para barrar o desmonte da legislação trabalhista. O Senado hoje já deu a sua sinalização: dez votos a nove, para o desmonte da CLT, que foi derrotado na Comissão. Esse desmonte agora será derrotado na CCJ e no Plenário do Senado. A pressão em todo o Brasil só vai se intensificar.

Fora, Temer!

Eleições diretas já!

**A SRA. LEANDRE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PV.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Eu pediria à Deputada para tentarmos votar este projeto primeiro.

Eu quero ver se há concordância dos Deputados para votarmos este projeto, de forma que todos abram mão de falar contra ou a favor. Todos concordam com isso? (*Pausa.*)

Então, está bem. Vamos votar o projeto.

Só falará, então, o Deputado Ivan Valente, que está inscrito.

Após a fala de S.Exa., votaremos o projeto.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. PL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, “não” aos requerimentos de obstrução e “sim” ao projeto. Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deixem só o Deputado Ivan falar.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando chegar a hora do mérito, nós vamos discutir o projeto. O PSOL está em obstrução, e se inscreveu para dizer que nós não temos nenhuma normalidade.

O que acontece aqui em Brasília e no nosso País hoje é que o Governo acabou, e ninguém quer enterrá-lo porque não há um substituto. Olhem a bancada aqui! Cadê o PMDB no plenário? Cadê o PSDB, sustentáculo do golpe? Vai ser julgado hoje se o Presidente daquele partido vai ser preso ou não. Cadê eles? O negócio acabou, e não existe um morto. Aí congelaram o Temer lá na Sibéria hoje. Ele não está em Moscou, ele está lá na Sibéria, esperando o resultado da entrada da PGR aqui.

E hoje nós tivemos uma pá de cal mesmo. Era o quê? O que sustentava o Governo golpista era prometer ao mercado financeiro e à elite brasileira que haveria uma nova escravidão no Brasil: a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o fim das aposentadorias, o fim da CLT. E fazer o quê? *“Olha, vocês podem confiar pelo menos que, com ou sem Temer, vai haver reforma!”* Só que hoje a base governista entornou o caldo lá na CCJ, onde já foi lido o relatório das diretas, e agora no Senado Federal, com uma virada de 10 a 9!

E há mais: o que vai ser tocado adiante é o relatório do Senador Paulo Paim. Não é mais aquela perversidade do Senador Ricardo Ferraço e do Relator da Câmara dos Deputados. Não queriam mudar nada, e ainda estavam prometendo que haveria vetos que depois seriam mandados por medida provisória. Mentira! Era uma enganação, que não conseguiu convencer nem Senadores governistas.

Por isso, neste momento, nós temos que chamar outra coisa: o povo para a rua, para varrer esse Governo golpista, para varrer esse Governo antipovo, esse Governo que quer que o povo pague a conta da crise. É disso que nós estamos falando.

Preparem-se para a greve geral do dia 30, porque isso vai insuflá-la ainda mais! Se não passa a reforma trabalhista, não passa a da Previdência, que precisa de mais votos, é mais direta, mais no fígado dos trabalhadores.

Por isso, fora, Temer! Esta é a posição do PSOL.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Vamos votar, Sr. Presidente!

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Vamos votar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em votação a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, ressalvados os destaques.

*Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:*

*“Art. 1º São autorizados a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica no modelo B2, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol”.*

*Senado Federal, em                    de                    de 2016.*

*Senador Renan Calheiros*

*Presidente do Senado Federal*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Alguém abre mão do encaminhamento? (*Pausa.*)

**O SR. DANIEL COELHO** - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Orienta “sim” para a base.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Vamos votar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho.

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não poderia deixar de ocupar a tribuna, até para deixar muito clara a minha posição a respeito dessa matéria. Eu não acho que seja papel deste Plenário ou do Congresso Nacional liberar medicamento. É evidente que podemos ter aqui alguns médicos e especialistas da área de saúde, mas esta não é a especialidade da grande maioria dos Parlamentares.

Esse é um medicamento que tem graves efeitos colaterais para a população. Cabe à ANVISA fazer essa análise. Existe, no Brasil, um órgão especializado em fazer avaliação sobre quais medicamentos devem ser consumidos pela população brasileira. É preocupante quando os Parlamentares começam a fazer essa discussão no campo político! Este Plenário está apto, sim, a fazer discussão sobre as políticas públicas de saúde, sobre a questão da obesidade, etc. Esse é o papel do Congresso Nacional, do Parlamento brasileiro. Agora, quanto a liberar medicação, ainda mais quando há posicionamento contrário da ANVISA...

Havia o argumento, por parte de alguns, de que a ANVISA era politizada no Governo do PT. O Governo não é mais do PT. E agora? Se a ANVISA é politizada, por que não se troca a direção da Agência? Não há justificativa que dê sustentação para que um Parlamento faça liberação de medicamento. Acho que é um erro este Plenário colocar em votação essa matéria, como também é erro ter posições similares a esta.

Não acredito que os Srs. Parlamentares tenham conhecimento técnico suficiente para desfazer um parecer técnico da ANVISA que proíbe um medicamento que, repito, causa graves efeitos colaterais para a saúde da população brasileira. Não é papel do Congresso Nacional fazer essa liberação.

Por isso, deixo claro o meu posicionamento, que já foi contra essa matéria, quando aqui foi votada. E mantenho essa posição.

Quanto mais restritiva for a utilização, melhor. Se for necessário, como fez emenda do Senado, que sejam feitos requerimentos especiais para que haja a necessidade de receita e dificuldade para a aquisição do medicamento. Não vejo como o Congresso possa fazer essa liberação.

Deixo clara a minha posição. Espero que haja bom senso por parte do Plenário, ao votar uma matéria que terá efeitos diretos na saúde da população brasileira.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** - Peço a palavra para encaminhar pelo PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Eu tenho convicção da sensatez da defesa, que me antecedeu, contrária ao projeto. Mas nós não estamos discutindo mais o projeto. Nós apenas estamos apreciando a emenda que foi feita ao projeto que foi aprovado nesta Casa, feita no Senado Federal. E a emenda vai ao encontro das preocupações aqui exaradas, que também são as minhas preocupações, restringindo a prescrição. Ela restringe a prescrição, porque estabelece um formulário de prescrição de remédios controlados. Portanto, a emenda é melhor do que o projeto que saiu desta Casa.

Obviamente, o Parlamento não tem que autorizar medicamentos, particularmente sibutramina, que foi negada e não pode ser comercializada em vários países do mundo. Mas esse projeto já passou pela Câmara. Nós aqui estamos discutindo apenas a emenda do Senado, se somos favoráveis ou contrários à emenda. E a emenda do Senado estabelece que, para se prescrever sibutramina, é preciso que se tenha receita de remédio controlado, ou seja, essa emenda restringe a utilização de sibutramina.

Por isso, nós não podemos ser contra a emenda que foi feita no Senado, embora sejamos contrários ao projeto que foi aprovado aqui nesta Casa, concordando com todas as argumentações que aqui já foram postas.

Mas, neste momento, é também muito importante que nós possamos atestar que o Brasil não pode ser colocado como um país de segunda categoria, como quer este Governo que não teve nenhum voto. O Brasil não pode ser o desaguadouro de medicamentos que foram negados em outros locais do mundo. No Brasil eles não podem ser liberados, e liberados pelo Parlamento, em detrimento de uma avaliação técnica.

Mas o Brasil também não pode colocar a INFRAERO à venda, como se tem tentado colocar. O Brasil também não pode fazer com que nós tenhamos a PETROBRAS sendo vendida aos pedaços ou que tenhamos um Governo que tem o seguinte tripé de atuação, sendo o primeiro deles retirar direitos. O Governo levou uma derrota no Senado! O Senado, aquela Casa derrotou a reforma trabalhista!

Há também a entrega do País. Amanhã, o Deputado Patrus Ananias estará lançando uma frente cuja presidência fará a defesa da soberania nacional, porque esta está machucada, também está no pelourinho. O Brasil não pode ficar submetido a um Governo que tem como principal atuação a tentativa de permanecer no poder, achando que a Nação...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar, pelo PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em votação a emenda do Senado Federal...

**A SRA. LAURA CARNEIRO** - Orientação, Sr. Presidente!

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** - Para encaminhar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Vai haver orientação, orientação de bancadas.

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco/PP/PODE/PTdoB entende que essa preocupação, que foi levantada pelo PSDB e está sendo levantada, em parte, pela Deputada Erika Kokay, já foi submetida nesta Casa. Houve uma preocupação também do autor, o nobre colega Deputado Felipe Bornier, que se preocupou em realizar audiências públicas, em que todos falaram, inclusive técnicos e médicos.

O projeto chegou ao Plenário e foi aprovado. Foi para o Senado Federal, que o aprovou, com uma emenda restritiva. A própria ANVISA já se preocupou em determinar um novo pedido. Amarrou-se mais ainda. Então, Sr. Presidente, não temos mais o que fazer, a não ser apreciar a emenda do Senado Federal.

Por isso, o Bloco/PP/PODE/PTdoB entende essa preocupação e vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Eu pediria ao pessoal da base do Governo para andar mais rápido.

Como vota o PMDB?

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PT, Deputado Caetano?

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse texto do Senado Federal é melhor do que o da Câmara dos Deputados.

A bancada do PT não entende porque, mesmo neste momento de crise, num momento tão grave como este, o Temer está na Rússia, está viajando, e o País aqui está à deriva, totalmente à deriva! Aumenta o desemprego. Foram 118 mil trabalhadores que perderam o emprego em 1 ano, no setor de infraestrutura. Sr. Presidente, o País está em profunda crise, e o Presidente está na Rússia, viajando!

Portanto, fora, Temer! Eleições diretas já!

O voto é "sim"

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pela base, “sim”.

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** - Negativo. O PR vai encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PR?

**O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA** (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR encaminha “sim”, tendo em vista que a prescrição médica é importante para que quem vai receber o remédio saiba o que está recebendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSD?

**O SR. GOULART** (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “sim”.

E eu gostaria de agradecer ao Presidente Michel Temer, que me convidou para ir junto com a comitiva dele, mas eu prefiro ir durante o recesso. No recesso, eu já comprei passagem para conhecer as instalações do esporte da Rússia.

Portanto, boa viagem ao nosso Presidente! Tenho certeza de que representará a todos nós lá!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSB?

**O SR. PAULO FOLETTO** (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria foi esmiuçada na Comissão de Seguridade Social e Família. Nós atendemos à Sociedade Brasileira de Endocrinologia e à de Nutrologia. Na época em que veio essa determinação da ANVISA, ninguém entendeu por que tirava do mercado medicações que eram de uso comum dos médicos, dos profissionais que convivem com a obesidade. Parecia um esquemão para tirar todo mundo do mercado, e que aparecesse uma droga nova, uma medicação nova. Nós, lá na Comissão de Seguridade Social, já confrontamos essa matéria e fomos contrários.

Por isso, o PSB encaminha “sim”, para que as medicações possam ser novamente prescritas.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o DEM?

**O SR. PAUDERNEY AVELINO** (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa é uma matéria que a Câmara dos Deputados já aprovou e que o Senado melhorou.

O artigo dessa matéria que nós estamos votando é o seguinte:

*“Art. 1º São autorizados a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, no modelo B2, dos anorexígenos: sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol”.*

É assim que nós vamos votar, para fazer com que haja uma regulamentação. Se for rejeitado esse projeto, se for rejeitada essa emenda, volta o da Câmara, que é muito pior e não tem controle.

Portanto, o voto do Democratas é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PSDB?

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já vim à tribuna e já declarei as minhas preocupações com o projeto, mas, como foi dito agora pelo Democratas, o projeto está aprovado. Se nós temos restrições à utilização desses medicamentos, a emenda que foi feita pelo Senado pedindo as receitas minimiza os problemas causados. Então, evidentemente, neste momento, o caminho é aprovarmos a emenda do Senado, para garantir algum tipo de controle a respeito desses medicamentos.

O PSDB orienta "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PTB?

**O SR. JOSUÉ BENGTON** (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB, Sr. Presidente, analisando esse projeto e essa discussão, encaminha o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, eu gostaria de incorporar o meu tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputada Alice Portugal, a Deputada Jandira Feghali havia pedido...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não, a minha fala é pela Minoria, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - A Deputada Leandre está inscrita na sua frente, Deputada Alice Portugal. Eu pediria a V.Exa., só para nós podermos votar... *(Pausa.)* V.Exa. pode fazer uso da palavra, Deputada Alice Portugal.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fiz questão de fazer o encaminhamento de maneira mais clara porque acompanho a matéria desde 2011.

O que aconteceu foi uma tentativa de banir um medicamento do mercado. A Câmara Técnica da ANVISA foi contestada pelos maiores especialistas do Brasil em Nutrologia, em Endocrinologia, em Farmacologia. Como a única farmacêutica deste plenário, eu tenho que dizer que de fato os dados eram de outros países, eram dados colhidos inclusive de amostras não consideradas representativas para o caso da liberdade necessária ao prescritor, médico, para garantir que 5 quilos perdidos por um obeso mórbido podem fazer a diferença em relação a salvar a sua vida.

Não é possível abrir mão da Ciência. Não é banindo o medicamento que se coíbe a banalização do seu uso. O que estava havendo era a banalização do uso da sibutramina. Depois da proibição, ela foi para o mercado negro e virou sibutramina traficada. Então, é melhor que ela seja legalizada e que o médico analise

caso a caso, em especial aquelas circunstâncias em que uma pequena diferença de peso faz a diferença na consecução dos índices necessários para a obtenção da recuperação da saúde.

Portanto, nós temos uma posição consolidada sobre isso. A emenda do Senado vem a redundar, mas garante que seja exigido um receituário especial para a prescrição da sibutramina. É necessário. Não é banalização do uso. Ela tem contraindicações, como todos os anorexígenos têm contraindicações, mas tem uma formulação diferente. Ela não é anfetamina, ela não tem essa característica farmacológica, ela não tem natureza de psicotrópico. É um anorexígeno testado e usado no mundo inteiro. O prescritor não pode ser proibido de fazer o seu uso, quando necessário, de acordo com o seu regramento ético, com o seu regramento médico.

Sr. Presidente, o PCdoB votará “sim” a esta matéria, com a recomendação de que nós não façamos disto ato recorrente, ou seja, votar matérias referentes a medicamentos no plenário da Casa.

Ao mesmo tempo, apelamos à ANVISA para que faça uma modernização, uma atualização, uma ausculta mais clara dos setores técnico-científicos das universidades, do próprio mercado em geral, da indústria. É necessário que esses segmentos sejam ouvidos. Houve verdadeiras batalhas campais para discutir esta matéria na audiência pública que ocorreu no auditório da ANVISA. É fundamental que as decisões sejam tomadas pela bancada científica, e não pelo Parlamento. Mas, diante da polêmica criada, nós votaremos “sim”, com consciência.

Por último, o que temos a dizer? Temos a dizer que está ruço para o Sr. “Subpresidente” Michel Temer, que foi recebido pelo “Subprimeiro” Ministro, pelo “Subembaixador” de Relações Exteriores da Rússia. Ele é de fato “Subpresidente” porque, agora, a Polícia Federal já diz que não foi caixa dois, que não foi nada de nada, que foi corrupção — com cheque na conta!

Até quando o Brasil vai aguardar que esta Câmara aceite os pedidos de *impeachment* do Sr. Michel Temer? A caneta do Presidente está sem tinta? Está na gaveta? Porque motivos há. Ou coisa séria era a pedalada? Quando o motivo era a pedalada, que não era crime, foi rapidamente aquiescido o pedido de *impeachment*. Neste caso, de corrupção declarada, cheque na conta, reunião no subsolo do Palácio do Jaburu, nada acontece! Isso é um escárnio à Nação brasileira! Isso é um desrespeito para com a Nação brasileira!

Se não há *impeachment*, vamos esperar a denúncia e aí nós veremos, voto a voto, rosto a rosto, no meio deste plenário, quem vai ter a coragem de salvar um Presidente ilegítimo e nada representativo dos interesses do povo brasileiro.

Por último, quero saudar o Senado, que começou a derrotar essa reforma trabalhista, como derrotaremos essa reforma cruel da Previdência Social.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Eu pediria a V.Exas. que fossem mais rápidos, senão não vai dar tempo de votarmos.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PHS?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - PHS, “sim”, Sr. Presidente.

Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, embora entenda que a emenda aprovada no Senado melhora a proposta, o PSOL mantém-se em obstrução. É uma posição política, porque não quer contribuir para a falsa impressão de normalidade que esta Casa insiste em tentar passar para a opinião pública.

Num país que tem um Presidente denunciado por corrupção passiva e por obstrução da Justiça, não se pode entender, Sr. Presidente, que seja possível algum nível de normalidade. Normalidade nesta Casa haveria se estivesse a apreciar os pedidos de *impeachment* ou a votar a PEC que estabelece eleições diretas, porque esse é o anseio da sociedade brasileira.

Portanto, a posição do PSOL é de obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria vai encaminhar o voto favorável porque é um tema de saúde pública grave. Os obesos deste País aguardam a resposta deste Parlamento. Nós demos autonomia ao prescritor, com controle. É necessário que a Casa responda à sociedade brasileira neste tema.

Votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Como vota a REDE?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a REDE encaminha pela obstrução. A REDE entende que a emenda reduz os danos do projeto, mas a REDE entende que este projeto não deveria ser aprovado pela Casa. No nosso entendimento, isso deveria ser uma competência do órgão técnico, e não do Parlamento.

Nós nos preocupamos com as possíveis consequências da autorização por esta Casa do uso do medicamento, com efeitos colaterais na saúde de milhares ou de sei lá quantos brasileiros que vão usar esse remédio autorizado pela Câmara.

Por essa razão, a REDE encaminha pela obstrução.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero lamentar o nível a que chegaram os debates nesta Casa. O mundo lá fora está caindo, naufragando num mar de corrupção que herdamos do “lulopetismo”, que continua, agora, com guerra de quadrilhas, com debates e

discussões, e esta Casa, que deveria estar pensando com seriedade, está discutindo receituário médico, Sr. Presidente, assunto que é competência e atribuição de terceiro escalão de governo, da ANVISA. Isso é uma vergonha, Sr. Presidente!

Eu alerto os Parlamentares que ainda têm foco na decência, para que reflitam sobre este ambiente em que nós estamos vivendo aqui. É impossível continuarmos desta maneira.

Houve um acordo. O PSC vai acompanhar o acordo.

Muito obrigado.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB votou "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - O PCdoB votou "sim". O.k. Esqueceram de colocar. Desculpe-nos, Deputada Alice.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vota "sim" também.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Em votação a emenda do Senado Federal apresentada ao Projeto de Lei nº 2.431, de 2011, ressalvados os destaques.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADA. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 2.431-E DE 2011

Autoriza a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam autorizados a produção, a comercialização e o consumo, sob prescrição médica no modelo B2, dos anorexígenos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2017.

Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham.

*(Pausa.)*

APROVADA.

A matéria vai à sanção.

Deputada Jandira Feghali, o Deputado Diego Garcia vai falar por 1 minuto. Depois eu lhe concedo a palavra para falar como Líder.

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas parabenizar o Deputado Felipe Bornier por esta proposição. Fiz o encaminhamento rapidamente para que este projeto de lei pudesse ser aprovado o mais rapidamente possível.

Nos últimos meses, eu pelo menos recebi centenas de pessoas de todo o Brasil que vieram fazer apelo para que esta matéria fosse votada no plenário. Então, é uma grande conquista para as pessoas que estão fazendo seu tratamento contra a obesidade. Eu tenho certeza de que esse avanço se deve ao trabalho do brilhante Parlamentar do PROS Felipe Bornier.

Parabéns, Deputado, por essa proposição!

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Tem a palavra o Deputado Felipe Bornier.

**O SR. FELIPE BORNIER** (Bloco/PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Fábio Ramalho, Srs. Líderes aqui presentes, gostaria de agradecer e externar o meu carinho a todos os Parlamentares que acreditaram nesta proposta, proposta esta cujo mérito vem sendo debatido tanto na Câmara quanto no Senado, onde já foi aprovada em 2011. Hoje apenas pautamos o que foi modificado no plenário do Senado Federal, em relação ao medicamento tarja preta, coisa que já estava no projeto, mas que, de forma muito objetiva, o Senador Ronaldo Caiado nele incluiu.

Nós acreditamos que esta é a melhor oportunidade para darmos uma resposta, principalmente, a milhares de brasileiros obesos. Hoje, no Brasil, mais de 50% da população está com sobrepeso e precisa muito desses medicamentos, que eram comercializados há mais de 50 anos no Brasil com preço popular, mas, de uma hora para a outra, a ANVISA, de forma arbitrária, proibiu esses medicamentos. E o que aconteceu? Houve uma amplitude da venda no mercado negro. Muitas vezes, o consumidor brasileiro não sabia o que estava consumindo. Isso teve um impacto muito negativo, principalmente no SUS, na saúde pública da população, inclusive com outras doenças, como hipertensão, AVC, câncer, distúrbios articulares etc.

Ou seja, esta matéria é de suma importância para a população brasileira. Muitas pessoas se encontram em casa com depressão e não conseguem, como ocorre em relação a muitas outras causas, trazer esta pauta para cá, não conseguem se mobilizar.

Quero agradecer a todos os Parlamentares que acreditaram nesta proposição. Tenho certeza de que esta matéria é de grande valia para o nosso Brasil.

Muito obrigado a todos.

## PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para chamar a atenção de V.Exas. para um projeto de extrema importância que consta na pauta deste plenário no dia de hoje.

Em 2011, de forma arbitrária, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) proibiu a comercialização e a produção dos chamados inibidores de apetite, medicamentos essenciais na luta, no combate à obesidade no Brasil.

Em resposta a esta ação, após estudar arduamente esse assunto, apresentei o Projeto de Lei nº 2.431, que veta à ANVISA tomar tal atitude e garante a comercialização desses medicamentos, uma vez que os inibidores são utilizados em vários países do mundo como medida paliativa no combate à obesidade e, aqui no Brasil, há mais de 50 anos.

O Conselho Federal de Medicina, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, a Associação Brasileira de Nutrologia, entre outras, defendem que remédios emagrecedores devem ser fiscalizados e não proibidos.

Proibir a venda desses medicamentos é um retrocesso para o tratamento do sobrepeso no nosso País. A medida pode desencadear um aumento considerável dos custos para o sistema público de saúde, além de deixar o paciente obeso à mercê de doenças como diabetes, hipertensão, cardiopatias, AVC, câncer, distúrbios articulares, entre tantas outras enfermidades.

Com a retirada desses produtos, a ANVISA reduziu de forma drástica as opções de tratamento, levando os pacientes a recorrerem ao mercado negro, arriscando suas vidas com medicamentos sem qualquer certificação que, comprovadamente, agravam o problema, em vez de tratá-lo.

Sras. e Srs. Deputados, esta matéria vem sendo discutida amplamente pelas duas Casas do Congresso Nacional, já tendo sido aprovada pelas Comissões competentes para tratar desse tema. O Senado Federal também já deu o seu aval ao projeto, propondo apenas uma simples modificação, evidenciando no texto desta matéria que os medicamentos sejam classificados como “tarja preta”. Devido a isso, o projeto retornou para esta Casa, para que possamos finalizar a análise, antes do seu encaminhamento à sanção presidencial.

Por isso, venho aqui pedir a complacência de V.Exas. no que diz respeito à aprovação desta matéria, que tem o objetivo de garantir o direito Constitucional a um tratamento digno e adequado a milhares de brasileiras e brasileiros que sofrem com as doenças causadas pelo sobrepeso no nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Com a palavra o Deputado Baleia Rossi por meio minuto.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela condução dos nossos trabalho, e saudar o Deputado Felipe Bornier, autor deste projeto.

Quero dizer do apoio do PMDB a este projeto que libera os inibidores de apetite. Nós fizemos um apelo aos demais Líderes para que o votássemos porque acreditamos que é o melhor para o País, para os

obesos. Isso vai fazer com que esses remédios fiquem mais baratos, acessíveis a todos os que deles necessitam.

Portanto, quero cumprimentar a Câmara dos Deputados por esta aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputada Jandira Feghali, obrigado pela compreensão e pela gentileza.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pela Minoria, vou ter o tempo reduzido de 9 minutos para 4 minutos, em função do fim da sessão, mas eu queria fazer apenas alguns registros.

O primeiro deles: queria parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que hoje impingiu uma importantíssima e profunda derrota ao Governo Michel Temer, ao derrotar o relatório do Senador Ricardo Ferraço sobre a reforma trabalhista no Senado, aprovando o voto em separado do Senador Paulo Paim. Essa é uma derrota muito marcante para a sociedade brasileira, porque se conseguiu, no Congresso de maioria empresarial, derrotar um projeto que muda 117 artigos da CLT.

Esse é o sinal dos tempos, é o sinal da fragilidade de um governo afundado em denúncias de corrupção e afundado em fragilidades políticas. Este Governo vem numa sequência de fragilizações, de denúncias, e a cada noticiário, e a cada matéria, e a cada novo fato, responde com infantilidades. Aponta o dedo para o bandido, mas anda no aviãozinho do bandido; aponta o dedo para o bandido, mas recebe o bandido às 11 horas da noite, para negociar a obstrução da Justiça, para negociar corrupção. Não consegue se desvencilhar da lama em que se meteu, na qual afundou.

Há na verdade uma grande falcatrua constituída nesse processo que não permite que este Governo se desvencilhe da rede paralela que se montou no escuro da República brasileira. E é dentro desse processo que ele viaja para a Rússia — e a Assessoria não consegue nem falar direito o nome do país, Deputado Glauber — e é recebido por autoridades secundárias. Ele não consegue ser recebido pela autoridade maior da Rússia, porque ele não é compreendido como autoridade maior deste País, porque não tem legitimidade para tal. E é dentro...

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Deputada, aguarde só um minuto, para que eu encerre... Vou conceder o tempo a V.Exa., mas vou encerrar, porque está no horário. V.Exa. vai continuar.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - V.Exa. é sempre gentil. Muito obrigado.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - V.Exa. vai encerrar e abrir de novo, e eu continuo na tribuna?

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - V.Exa. continua na tribuna.

#### **PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. CARLOS BEZERRA** (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o desejo de superação da crise econômica, a intenção de gerar empregos, a valorização do

respeito ao meio ambiente: tudo isso habita os discursos de qualquer liderança política. Apesar disso, é com tristeza que se constata que, no nosso País, um dos setores econômicos que mais poderia contribuir para realizar esses três nobres propósitos é justamente o que mais tem sido maltratado por sucessivos governos.

Falo do setor alcooleiro. Ele gera empregos, traz benefícios ao meio ambiente e continua tendo enorme potencial de crescimento — mas tem vivido uma longa agonia. Está mais do que na hora de socorrê-lo, antes que sucumba de uma vez.

O Palácio do Planalto fez um aceno na direção correta com o lançamento, no final do ano passado, do Programa RenovaBio 2030, conjunto de ações cujo objetivo é garantir a expansão da produção de biocombustíveis no País. Segundo comunicação oficial, tal iniciativa visa pôr em prática os compromissos assumidos no Acordo de Paris — quais sejam, o de reduzir em 37% as emissões de gases de efeito estufa até 2025, e em 43% até 2030 —, por meio de *“um plano estratégico que inclui etanol, biodiesel, biocombustíveis de segunda geração e novos produtos, como bioquerosene e biogás”*. O Poder Executivo se comprometeu a enviar, ainda este ano, um projeto de lei sobre o assunto. Continuamos esperando essa proposição com ansiedade.

É imperativo fomentar a produção de biocombustíveis, em razão dos compromissos ambientais do Brasil. No momento mais difícil, o setor do álcool acumulava 300 mil postos de trabalho fechados, entre 2008 e 2015. Dezenas de usinas fecharam as portas, e outras dezenas entraram em recuperação judicial.

Com o abandono do controle do preço da gasolina, a indústria do álcool voltou a respirar, provando mais uma vez a resiliência e a força dos empreendedores do ramo. Ela não só voltou a respirar, na verdade, como também se prepara para a modernização. Os produtores têm buscado usar a tecnologia para diminuir custos e aumentar a eficiência.

Mato Grosso é um dos maiores produtores de álcool da Federação. Na safra 2014/2015, produziu 500 milhões de litros de etanol anidro e 700 milhões de litros de etanol hidratado. Somou, portanto, 1 bilhão e 200 milhões de etanol. E foi nesse Estado que se instalou, como já destaquei em outra oportunidade, a primeira usina *flex*, isto é, uma usina capaz de produzir álcool tanto a partir de cana-de-açúcar quanto de milho. Além do aumento do período de atividade da usina, a inovação também traz a vantagem de diversificar a produção: além do álcool, o processamento do milho gera óleo e DDG, um farelo de milho para alimentação animal.

Essa não é a única inovação. Nas lavouras de cana-de-açúcar, tem crescido a mecanização da colheita, e estão sendo desenvolvidas novas técnicas de plantio. Mais impressionante ainda é o avanço da cana transgênica e o desenvolvimento da *“cana-energia”*, uma variedade obtida a partir de cruzamentos, que é especialmente adequada à produção de álcool, de outros produtos químicos e de energia elétrica.

No entanto, para que todos esses investimentos possam ser realizados, é preciso um mínimo de segurança. Há décadas, o setor do álcool vive submetido a contraditórios ciclos de estímulo e desestímulo. Em épocas de fomento dos biocombustíveis, são feitos investimentos, que depois se veem frustrados quando

essas políticas são abandonadas. Está na hora de fazer uma opção firme pelas energias renováveis, como esperamos que aconteça com o RenovaBio 2030.

O estímulo à indústria do álcool beneficia todo o Brasil; presta-se tanto a proteger o meio ambiente como a diminuir nossas importações e nossos gastos com combustíveis fósseis. O setor alcooleiro, especialmente o sucroalcooleiro, é herdeiro do primeiro motor econômico do Brasil: o ciclo da cana, que, nos tempos coloniais, deu a partida no nosso crescimento. Devemos mostrar gratidão e respeito por um ramo que, ao longo dos séculos, tanto contribuiu para a nossa prosperidade.

Muito obrigado.

**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Defesa do Consumidor aprovou projeto de lei de minha autoria que garante ao consumidor reembolso total em caso de cancelamento de reserva em hotéis, pousadas e outros locais de hospedagem. O Relator da proposta foi o também socialista Deputado Severino Ninho, de Pernambuco.

Atualmente, a prática é cobrar multa do consumidor que cancela sua reserva, mesmo que esse cancelamento ocorra com razoável antecedência. Mas, quando é o prestador de serviços turísticos que cancela a reserva, não há pagamento de multa a favor do consumidor.

O Relator Ninho apresentou substitutivo apenas para acrescentar que o cancelamento deve ser feito no prazo de 72 horas antes do início da hospedagem. Se o cancelamento for feito 48 horas antes, o estabelecimento poderá cobrar 5% da multa; se for feito com menos de 48 horas, poderá cobrar 10%. Dessa forma o consumidor está protegido, mas o estabelecimento tem algum tempo para se organizar.

Entendo que o cancelamento causa transtorno para os dois lados, porém a situação como se encontra hoje torna o consumidor a parte mais vulnerável na relação com os prestadores de serviços de turismo. Assim fica evidenciada uma afronta ao princípio fundamental do equilíbrio nas relações de consumo estampado no Código de Defesa do Consumidor. A proposição busca restabelecer esse equilíbrio.

A proposta, que altera a Política Nacional de Turismo — Lei nº 11.771, de 2008 —, segue agora para Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Sr. Presidente, que este pronunciamento seja inserido no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de comunicação desta Casa.

**O SR. LEONARDO QUINTÃO** (PMDB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos aspectos mais dramáticos dos problemas econômicos vividos pelo Brasil é o do aumento da violência, que atinge sobretudo os jovens.

Os dados de que dispomos acerca dos homicídios no País são alarmantes. Eles nos levam a pensar que existe alguma muito errada em curso na nossa sociedade. Uma nação não pode ser construída sobre os cadáveres de tantos homens e mulheres. A violência não pode se transformar numa coisa banal.

Eu queria, portanto, registrar a minha tristeza diante dos números recém-divulgados no *Atlas da Violência* no Brasil, que retratam o crescimento de 10% na taxa de homicídios, entre 2005 e 2015.

No último ano da série foram registrados 59.080 homicídios, o que equivale a uma taxa de 28,9 por 100 mil habitantes. Esse número revela uma enorme brutalidade: quase 60 mil pessoas foram assassinadas no ano! É uma tragédia social, uma verdadeira guerra subterrânea que se propaga pelo País.

A pesquisa elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que houve uma interiorização da violência, não mais restrita às periferias das grandes cidades. Além disso, as armas de fogo foram as principais causadoras de mortes em 2015, respondendo por 71,9% dos homicídios.

E chama a atenção, como já dissemos, o fato de que os jovens são as maiores vítimas da violência. Em 2015, a taxa de mortes de jovens entre 15 anos e 29 anos de idade, para cada grupo de 100 mil jovens, foi de 60,9 — um incremento de 17,2% em 10 anos. Em relação ao grupo de homens jovens, os mais afetados, a taxa subiu para 113,6 por 100 mil.

No período analisado, entre 2005 e 2015, foram vítimas de homicídio 318 mil jovens brasileiros na faixa entre 15 anos e 29 anos de idade.

Não resta dúvida de que estamos diante de um fenômeno altamente complexo, que por isso mesmo diz respeito à forma como a sociedade está organizada. Não se trata apenas de questão econômica, pois nem sempre a melhora na renda impede a violência. A ação policial, por sua vez, também não tem dado conta do problema sozinha.

Os pesquisadores do IPEA indicam que o aumento da escolaridade reduz a probabilidade de o jovem ser vítima de violência. Isso é um bom sinal, um alento, ainda que estejamos conscientes dos imensos desafios envolvidos na educação de toda a população.

Vários fatores contribuem para essa epidemia de violência: ignorância, uso de drogas, acesso fácil a armas de fogo, impunidade, desagregação familiar etc.

Não existem respostas fáceis para a questão, mas sabemos que devemos agir o quanto antes para combater esse mal terrível que ceifa a vida de tantos jovens cidadãos.

De minha parte reitero a enorme preocupação e a tristeza com que recebi os números que atestam o crescimento dos homicídios no Brasil.

É profundamente lamentável que uma nação pujante como a nossa precise sofrer tanto para construir as bases da convivência pacífica e democrática que sempre acreditamos ser a nossa vocação mais íntima.

Acredito que somente a união de todos será capaz de vencer esse desafio terrível que é a epidemia de violência em nosso País.

Muito obrigado.

## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*COMPARECEM MAIS OS SRS.:*

Total de Parlamentares: 73

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Abel Mesquita Jr.	DEM	
Edio Lopes	PR	
Total de RORAIMA	2	
AMAPÁ		
Cabuçu Borges	PMDB	
Marcos Reategui	PSD	
Total de AMAPÁ	2	
PARÁ		
Arnaldo Jordy	PPS	
Lúcio Vale	PR	
Total de PARÁ	2	
ACRE		
Leo de Brito	PT	
Total de ACRE	1	
TOCANTINS		
César Halum	PRB	
Total de TOCANTINS	1	
MARANHÃO		
Junior Marreca	PEN	
Total de MARANHÃO	1	
CEARÁ		
Danilo Forte	PSB	
Luizianne Lins	PT	
Total de CEARÁ	2	
PIAUÍ		
Assis Carvalho	PT	
Marcelo Castro	PMDB	
Paes Landim	PTB	PtbProsPsl
Total de PIAUÍ	3	
RIO GRANDE DO NORTE		
Fábio Faria	PSD	
Rogério Marinho	PSDB	
Total de RIO GRANDE DO NORTE	2	
PARAÍBA		
Wilson Filho	PTB	PtbProsPsl
Total de PARAÍBA	1	
PERNAMBUCO		
Gonzaga Patriota	PSB	
Guilherme Coelho	PSDB	
Zeca Cavalcanti	PTB	PtbProsPsl
Total de PERNAMBUCO	3	
ALAGOAS		
Givaldo Carimbão	PHS	
JHC	PSB	
Total de ALAGOAS	2	

BAHIA		
Alice Portugal	PCdoB	
Paulo Azi	DEM	
Paulo Magalhães	PSD	
Total de BAHIA	3	
MINAS GERAIS		
Caio Narcio	PSDB	
Dimas Fabiano	PP	PpPodePTdoB
George Hilton	PSB	
Paulo Abi-Ackel	PSDB	
Subtenente Gonzaga	PDT	
Total de MINAS GERAIS	5	
ESPÍRITO SANTO		
Helder Salomão	PT	
Total de ESPÍRITO SANTO	1	
RIO DE JANEIRO		
Alessandro Molon	REDE	
Alexandre Valle	PR	
Celso Pansera	PMDB	
Hugo Leal	PSB	
Laura Carneiro	PMDB	
Rosangela Gomes	PRB	
Simão Sessim	PP	PpPodePTdoB
Zé Augusto Nalin	PMDB	
Total de RIO DE JANEIRO	8	
SÃO PAULO		
Alexandre Leite	DEM	
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	PtbProsPsl
Baleia Rossi	PMDB	
Beto Mansur	PRB	
Celso Russomanno	PRB	
Goulart	PSD	
José Mentor	PT	
Marcelo Squassoni	PRB	
Nilto Tatto	PT	
Orlando Silva	PCdoB	
Renata Abreu	PODE	PpPodePTdoB
Ricardo Tripoli	PSDB	
Valmir Prascidelli	PT	
Vicente Candido	PT	
Vicentinho	PT	
Total de SÃO PAULO	16	
MATO GROSSO		
Adilton Sachetti	PSB	
Ezequiel Fonseca	PP	PpPodePTdoB
Ságuas Moraes	PT	
Valtenir Pereira	PMDB	
Total de MATO GROSSO	4	
DISTRITO FEDERAL		
Rôney Nemer	PP	PpPodePTdoB
Total de DISTRITO FEDERAL	1	
GOIÁS		
João Campos	PRB	

Lucas Vergilio	Solidaried	
Roberto Balestra	PP	PpPodePTdoB
Total de GOIÁS	3	
PARANÁ		
Sergio Souza	PMDB	
Zeca Dirceu	PT	
Total de PARANÁ	2	
SANTA CATARINA		
Jorge Boeira	PP	PpPodePTdoB
Total de SANTA CATARINA	1	
RIO GRANDE DO SUL		
Afonso Hamm	PP	PpPodePTdoB
Assis Melo	PCdoB	
Cajar Nardes	PR	
Marco Maia	PT	
Maria do Rosário	PT	
Renato Molling	PP	PpPodePTdoB
Yeda Crusius	PSDB	
Total de RIO GRANDE DO SUL	7	

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**

Total de Parlamentares: 163

	Partido	Bloco
RORAIMA		
Hiran Gonçalves	PP	PpPodePTdoB
Maria Helena	PSB	
Total de RORAIMA	2	
AMAPÁ		
Janete Capiberibe	PSB	
Jozi Araújo	PODE	PpPodePTdoB
Roberto Góes	PDT	
Vinicius Gurgel	PR	
Total de AMAPÁ	4	
PARÁ		
Beto Faro	PT	
Beto Salame	PP	PpPodePTdoB
Delegado Éder Mauro	PSD	
Elcione Barbalho	PMDB	
Francisco Chapadinha	PODE	PpPodePTdoB
José Priante	PMDB	
Júlia Marinho	PSC	
Wladimir Costa	Solidaried	
Total de PARÁ	8	
AMAZONAS		
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	
Átila Lins	PSD	
Hissa Abrahão	PDT	
Sabino Castelo Branco	PTB	PtbProsPsl
Silas Câmara	PRB	
Total de AMAZONAS	5	
RONDONIA		

Lindomar Garçon	PRB	
Nilton Capixaba	PTB	PtbProsPsl
Total de RONDONIA		2
ACRE		
César Messias	PSB	
Moisés Diniz	PCdoB	
Total de ACRE		2
TOCANTINS		
Dulce Miranda	PMDB	
Irajá Abreu	PSD	
Total de TOCANTINS		2
MARANHÃO		
Aluisio Mendes	PODE	PpPodePTdoB
Deoclides Macedo	PDT	
João Marcelo Souza	PMDB	
José Reinaldo	PSB	
Juscelino Filho	DEM	
Waldir Maranhão	PP	PpPodePTdoB
Weverton Rocha	PDT	
Total de MARANHÃO		7
CEARÁ		
Aníbal Gomes	PMDB	
Domingos Neto	PSD	
Genecias Noronha	Solidaried	
Gorete Pereira	PR	
José Guimarães	PT	
Odorico Monteiro	PSB	
Ronaldo Martins	PRB	
Total de CEARÁ		7
PIAUI		
Heráclito Fortes	PSB	
Iracema Portella	PP	PpPodePTdoB
Rodrigo Martins	PSB	
Total de PIAUI		3
RIO GRANDE DO NORTE		
Antônio Jácome	PODE	PpPodePTdoB
Beto Rosado	PP	PpPodePTdoB
Total de RIO GRANDE DO NORTE		2
PARAÍBA		
Aguinaldo Ribeiro	PP	PpPodePTdoB
Benjamin Maranhão	Solidaried	
Damião Feliciano	PDT	
Efraim Filho	DEM	
Pedro Cunha Lima	PSDB	
Wellington Roberto	PR	
Total de PARAÍBA		6
PERNAMBUCO		
Adalberto Cavalcanti	PTB	PtbProsPsl
André de Paula	PSD	
Betinho Gomes	PSDB	
Carlos Eduardo Cadoca	PDT	
Eduardo da Fonte	PP	PpPodePTdoB
Jorge Côrte Real	PTB	PtbProsPsl

Kaio Maniçoba	PMDB	
Luciana Santos	PCdoB	
Ricardo Teobaldo	PODE	PpPodePTdoB
Silvio Costa	PTdoB	PpPodePTdoB
Tadeu Alencar	PSB	
Wolney Queiroz	PDT	
Total de PERNAMBUCO	12	
ALAGOAS		
Arthur Lira	PP	PpPodePTdoB
Cícero Almeida	PMDB	
Nivaldo Albuquerque	PRP	PtbProsPsl
Pedro Vilela	PSDB	
Total de ALAGOAS	4	
SERGIPE		
Andre Moura	PSC	
Fábio Mitidieri	PSD	
Laercio Oliveira	Solidaried	
Total de SERGIPE	3	
BAHIA		
Afonso Florence	PT	
Arthur Oliveira Maia	PPS	
Bebeto	PSB	
Claudio Cajado	DEM	
Elmar Nascimento	DEM	
Erivelton Santana	PEN	
João Carlos Bacelar	PR	
João Gualberto	PSDB	
Lucio Vieira Lima	PMDB	
Márcio Marinho	PRB	
Nelson Pellegrino	PT	
Pastor Luciano Braga	PRB	
Sérgio Brito	PSD	
Waldenor Pereira	PT	
Total de BAHIA	14	
MINAS GERAIS		
Bonifácio de Andrada	PSDB	
Brunny	PR	
Luis Tibé	PTdoB	PpPodePTdoB
Marcelo Aro	PHS	
Marcos Montes	PSD	
Mauro Lopes	PMDB	
Misael Varella	DEM	
Newton Cardoso Jr	PMDB	
Reginaldo Lopes	PT	
Renato Andrade	PP	PpPodePTdoB
Total de MINAS GERAIS	10	
ESPÍRITO SANTO		
Dr. Jorge Silva	PHS	
Total de ESPÍRITO SANTO	1	
RIO DE JANEIRO		
Alexandre Serfiotis	PMDB	
Celso Jacob	PMDB	
Chico D'Angelo	PT	
Cristiane Brasil	PTB	PtbProsPsl
Ezequiel Teixeira	PODE	PpPodePTdoB

Marcos Soares	DEM	
Otavio Leite	PSDB	
Paulo Feijó	PR	
Pedro Paulo	PMDB	
Roberto Sales	PRB	
Rodrigo Maia	DEM	
Wilson Beserra	PMDB	
Total de RIO DE JANEIRO	12	
SÃO PAULO		
Alex Manente	PPS	
Antonio Carlos Mendes Thame	PV	
Carlos Sampaio	PSDB	
Carlos Zarattini	PT	
Eduardo Bolsonaro	PSC	
Eli Corrêa Filho	DEM	
Evandro Gussi	PV	
Guilherme Mussi	PP	PpPodePTdoB
Herculano Passos	PSD	
Jefferson Campos	PSD	
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
Keiko Ota	PSB	
Luiz Lauro Filho	PSB	
Mara Gabrilli	PSDB	
Milton Monti	PR	
Missionário José Olímpio	DEM	
Paulo Maluf	PP	PpPodePTdoB
Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
Paulo Teixeira	PT	
Pr. Marco Feliciano	PSC	
Ricardo Izar	PP	PpPodePTdoB
Roberto Freire	PPS	
Sérgio Reis	PRB	
Vanderlei Macris	PSDB	
Vinicius Carvalho	PRB	
Total de SÃO PAULO	25	
MATO GROSSO		
Fabio Garcia	PSB	
Total de MATO GROSSO	1	
DISTRITO FEDERAL		
Laerte Bessa	PR	
Ronaldo Fonseca	PROS	PtbProsPsl
Total de DISTRITO FEDERAL	2	
GOIÁS		
Alexandre Baldy	PODE	PpPodePTdoB
Célio Silveira	PSDB	
Daniel Vilela	PMDB	
Delegado Waldir	PR	
Giuseppe Vecci	PSDB	
Heuler Cruvinel	PSD	
Jovair Arantes	PTB	PtbProsPsl
Magda Mofatto	PR	
Total de GOIÁS	8	
MATO GROSSO DO SUL		
Dagoberto Nogueira	PDT	
Mandetta	DEM	
Tereza Cristina	PSB	

Total de MATO GROSSO DO SUL 3

PARANÁ

Alex Canziani	PTB	PtbProsPsl
Alfredo Kaefer	PSL	PtbProsPsl
Aliel Machado	REDE	
Edmar Arruda	PSD	
Giacobo	PR	
João Arruda	PMDB	
Nelson Padovani	PSDB	
Osmar Bertoldi	DEM	
Total de PARANÁ	8	

SANTA CATARINA

Geovania de Sá	PSDB	
Marco Tebaldi	PSDB	
Total de SANTA CATARINA	2	

RIO GRANDE DO SUL

Alceu Moreira	PMDB	
Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	
Darcísio Perondi	PMDB	
Giovani Cherini	PR	
José Fogaça	PMDB	
José Otávio Germano	PP	PpPodePTdoB
Paulo Pimenta	PT	
Pompeo de Mattos	PDT	
Total de RIO GRANDE DO SUL	8	

**O SR. PRESIDENTE** (Fábio Ramalho) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 20 de junho, às 14h46min, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Lei nºs 3.012, 3.837 e 1.530, de 2015; Projetos de Decreto Legislativo nºs 430, de 2016, 222 e 296, de 2015; Projetos de Lei nºs 1.572, de 2007, 1.681, de 1999, e 3.796, de 2004. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

***(Encerra-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.)***